

# **O IMPACTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL MUNICIPAL NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) EM MACAPÁ/AP**

Aylla Monise Ferreira da Silva, Universidade Estácio de Sá, [ayllamony@gmail.com](mailto:ayllamony@gmail.com)

Karine Vichiatt Morgan, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, PPGE Unesa, [morgan.uff@gmail.com](mailto:morgan.uff@gmail.com)

## **Introdução**

A implementação de políticas educacionais voltadas para a formação continuada dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é essencial para o avanço da inclusão escolar. No entanto, no contexto da rede pública municipal de Macapá/AP, observa-se uma desconexão entre as diretrizes políticas e a realidade dos docentes que atuam no AEE. A falta de um programa estruturado e contínuo resulta em desafios para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas.

Este estudo analisou o impacto das políticas educacionais municipais na formação continuada dos professores do AEE, discutindo os desafios na implementação dessas políticas, suas limitações e as possíveis alternativas para tornar a formação desses profissionais mais eficaz. Com os resultados, é possível identificar lacunas e propor encaminhamentos que possam contribuir para uma política educacional mais alinhada às necessidades da inclusão escolar.

## **Metodologia**

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Macapá (AP) e os resultados do estudo fazem parte da pesquisa de mestrado intitulada "Formação continuada dos professores do Atendimento Educacional Especializado na rede pública municipal de Macapá/AP" este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estácio de Sá (UNESA) sob o parecer nº 5.951.819 e com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) de nº 67281823.3.0000.5284.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo de Bardin (2011), que possibilitou a categorização dos dados coletados e a interpretação das falas dos sujeitos da pesquisa. para compreender como as políticas

educacionais são formuladas, interpretadas e aplicadas no contexto da formação continuada dos professores do AEE. Essa abordagem permitiu analisar a influência das políticas nacionais e municipais no cotidiano docente, considerando as adaptações e desafios enfrentados na implementação das diretrizes educacionais.

O estudo foi realizado por meio de revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, com os dados analisados seguindo as etapas propostas por Bardin (2011), que incluem a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos. A revisão bibliográfica contemplou autores como Mantoan (2003), Imbernón (2009; 2011) e Roldão (2017), que discutem a formação continuada na perspectiva da educação inclusiva. As entrevistas foram conduzidas com oito professoras do AEE e representantes da Divisão de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Macapá (SEMED), possibilitando a coleta de dados sobre suas experiências, percepções e desafios relacionados à formação continuada e à implementação das políticas educacionais.

## **Resultados e Discussões**

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) é um marco importante para a inclusão educacional no Brasil, garantindo direitos essenciais para pessoas com deficiência, como o direito de frequentar escolas regularmente. Além disso, a importância dos sistemas de ensino se adaptarem para receber esses alunos é enfatizada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que destaca a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais e em ambientes regulares.

Na entrevista com oito professores do AEE da rede municipal de Macapá, houve variações na percepção sobre a inclusão de alunos PAEE no ensino regular. Algumas professoras destacaram na entrevista que a rede tem se empenhado em garantir a inclusão dos alunos, embora ainda enfrente desafios como a formação dos professores e a estrutura das escolas. A professora P2 destacou em sua fala sobre os obstáculos enfrentados no dia a dia para efetivar o processo de inclusão:

Olha, a inclusão dos alunos da educação especial é muito importante, e eu sei que a rede municipal está tentando fazer a sua parte pra garantir que eles estejam no ensino regular. Mas, sinceramente, todo dia é um desafio novo. O que me pega mesmo é a falta de formação. A gente tem até boa vontade, mas

sem aquela capacitação específica, fica complicado, sabe? Muitas vezes, a gente acaba em situações que não tem ideia de como lidar. E o problema não é só a formação, né? As escolas... Muitas delas mal têm rampa, quanto mais tecnologia pra ajudar esses alunos. Como é que a inclusão vai rolar de verdade assim? Você se vê numa situação e pensa: 'E agora, o que eu faço?' (Professora 2)

De acordo com as Diretrizes da Educação Especial do Município de Macapá (2012) o conceito de Educação Inclusiva, adotado pelo sistema educacional municipal de Macapá, baseia-se na premissa de que todos os alunos possuem o direito inerente de acessar ambientes educacionais regulares, acompanhado do apoio necessário para facilitar seu desenvolvimento integral. Essa perspectiva é congruente com a Declaração de Salamanca (1994), que articula a educação inclusiva como um princípio universal; no entanto, sua execução bem-sucedida exige a avaliação contínua e o aprimoramento das políticas educacionais em resposta ao surgimento de novos desafios. Quando a Chefia da DIEES foi indagada sobre a pergunta final do roteiro da entrevista percebe-se uma falta de entendimento e muitas dúvidas em relação qual a concepção de Educação Inclusiva é adotada pela Secretaria Municipal de Educação:

Olha, eu ainda fico com muitas dúvidas sobre essa ideia de educação inclusiva que a rede municipal tá adotando. Será que a gente tá conseguindo mesmo aplicar isso nas escolas do jeito certo? Porque, pra ser sincera, alguns professores já vieram falar comigo: 'Professora, será que essa inclusão tá funcionando de verdade? Ou a gente só tá seguindo a lei sem ver se tá dando resultado?' Eu sei que a lei tá aí e é importante que as crianças com deficiência estejam nas escolas regulares. Mas será que a gente tá fazendo isso do jeito que deveria? Será que as escolas estão preparadas de verdade pra receber essas crianças? E como as outras crianças tão lidando com isso? Será que essa inclusão tá realmente ajudando no desenvolvimento social delas, ou a gente só tá colocando todo mundo junto sem ter a estrutura necessária?

Eu entendo que a inclusão é uma ideia super válida, mas eu ainda me pergunto: será que estamos fazendo isso do jeito certo, de uma forma que beneficie todo mundo? Será que os professores estão realmente prontos e as escolas têm o que é preciso pra lidar com essas diferenças? Porque inclusão é muito mais do que só colocar a criança na sala de aula, né? (Chefia da DIEES)

No entanto, a implementação de práticas inclusivas permanece inconsistente. Vários educadores indicaram que, apesar da retórica predominantemente em torno da inclusão por parte da Secretaria Municipal de Educação de Macapá, a realidade é que várias escolas são deficientes nos recursos necessários para atender especificamente aos diversos requisitos de todos os alunos, particularmente aqueles que demandam maior apoio educacional.

Na rede pública municipal de Macapá, a Secretaria de Educação conta com as Diretrizes da Educação Especial, elaborada em 2012, para direcionar iniciativas focadas na inclusão de estudantes com deficiência. No entanto, apesar da importância deste documento, ele não aborda de forma abrangente as exigências contemporâneas dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), resultando em obstáculos consideráveis na execução de metodologias inclusivas dentro das instituições educacionais.

Além disso, foi constatada uma fragilidade na articulação entre as políticas educacionais municipais e a prática docente. A falta de diálogo entre os gestores da educação e os professores do AEE dificulta a identificação das demandas formativas, resultando em políticas que não atendem integralmente às necessidades dos docentes. As professoras apontam que a ausência de espaços de escuta e participação restringe sua capacidade de influenciar na construção de programas formativos mais alinhados com a realidade das salas de recursos multifuncionais.

### **Considerações Finais**

Os achados desta pesquisa indicam que a política educacional municipal de Macapá/AP precisa ser aprimorada para garantir uma formação continuada efetiva e alinhada às demandas dos professores do AEE. A descontinuidade das formações, a inadequação dos conteúdos e a falta de mecanismos de avaliação e acompanhamento são fatores que comprometem a qualidade da capacitação desses profissionais.

Diante desse cenário, é fundamental que a SEMED desenvolva políticas mais estruturadas e participativas, que garantam a escuta ativa dos docentes do AEE e a criação de programas formativos alinhados às necessidades reais da prática pedagógica inclusiva. A articulação entre as diretrizes nacionais e as políticas municipais deve ser fortalecida, com investimentos em formação específica, acompanhamento pedagógico e melhores condições de trabalho para os professores do AEE.

### **Referências**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACAPÁ-AP. **Diretrizes para a Educação Especial de 2012** - PMM/SEMED/DIEES, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o que é? por que? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

ROLDÃO, Maria do Céu N. **Formação de professores e desenvolvimento profissional**. Revista de Educação PUC-Campinas, 22(2): 191-202, maio/ago.,2017.